

Observatório da Oposição

8 DE ABRIL · RELATÓRIO SEMANAL Nº 44



Democracia em xeque: Elon Musk denuncia censura do Brasil a conteúdos publicados na rede X



SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221



DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

JUSTIÇA E CIDADANIA

2

POLÍTICA

3

SAÚDE

4

CIÊNCIA

5

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



Democracia em xeque: Elon Musk denuncia censura do Brasil a conteúdos publicados na rede X

Dono do antigo Twitter diz que decisões do STF contra perfis em sua plataforma violam a Constituição brasileira; governo Lula tira proveito de embate para retomar proposta de regulação da internet, uma grave investida contra a liberdade de expressão e a própria democracia no país

Síntese

- Emails internos do X (antigo Twitter) revelaram que autoridades brasileiras pressionaram pela divulgação de dados de usuários sem ordem judicial, em aparente desrespeito à legislação nacional.
- Ministro Alexandre de Moraes incluiu Elon Musk como investigado no Inquérito das Fake News por "dolosa instrumentalização criminosa" da plataforma X.
- Cúpula do governo e aliados de Lula expressaram apoio à decisão de Moraes e discutiram medidas para regular as redes sociais diante do embate com Elon Musk.
- Juristas questionam a falta de clareza nos fundamentos da decisão do ministro do STF.



Análise

- Em dezembro de 2022, Elon Musk, proprietário da rede social X (antigo Twitter), revelou documentos internos que indicavam um tratamento diferenciado dado pela plataforma à campanha de Joe Biden em relação à de Donald Trump nas eleições de 2020 nos EUA. Musk sugeriu que situação similar ocorreu no Brasil.
- Os registros de Musk teriam sido entregues ao jornalista Michael Shellenberger, consistindo em e-mails internos da empresa X. Segundo o jornalista, os documentos indicam condutas abusivas de autoridades brasileiras, que estariam afrontando a legislação eleitoral e a regulamentação da internet no país.



"O Brasil está envolvido em uma ampla repressão à liberdade de expressão liderada por um juiz da Suprema Corte chamado Alexandre de Moraes. De Moraes colocou pessoas na prisão sem julgamento por coisas que postaram nas redes sociais. Ele exigiu a remoção de usuários das plataformas de mídia social. E exigiu a censura de postagens específicas, sem dar aos usuários qualquer direito de recurso ou mesmo o direito de ver as provas apresentadas contra eles. Agora, os Arquivos do Twitter, divulgados aqui pela primeira vez, revelam que Moraes e o Tribunal Superior Eleitoral que ele controla estavam envolvidos em uma clara tentativa de minar a democracia no Brasil. Ele:

- exigiu ilegalmente que o Twitter revelasse detalhes pessoais sobre usuários do Twitter que usaram hashtags de que ele não gostou;
- exigiu acesso aos dados internos do Twitter, em violação da política do Twitter;
- procurou censurar, unilateralmente, postagens no Twitter de membros efetivos do Congresso brasileiro;
- procurou transformar as políticas de moderação de conteúdo do Twitter em uma arma contra os apoiadores do então presidente @jairbolsonaro".

Michael Shellenberger, na plataforma X.

- As comunicações trocadas pela equipe legal do Twitter no Brasil evidenciam que foram submetidos a supostas pressões ilegítimas por parte das autoridades brasileiras para compartilhar informações dos usuários da plataforma sem ordem judicial. Além disso, alertam para a censura de perfis e conversas (hashtags) na rede social demandadas por autoridades brasileiras. São denúncias graves que, se confirmadas, configuram violação flagrante da legislação brasileira, em especial, a Constituição Federal, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados.
- Publicamente, a X Corp. afirmou ter sido forçada por decisões judiciais a bloquear contas populares no Brasil, sem detalhar as razões ou os perfis afetados, e alegou estar sob ameaça de multas diárias por não cumprir as ordens. Por sua vez, Elon Musk declarou que sua plataforma removerá todas as restrições impostas pela Justiça brasileira, mencionando ainda a possibilidade de fechar operações no Brasil.



"Não sabemos os motivos pelos quais essas ordens de bloqueio foram emitidas. Não sabemos quais postagens supostamente violaram a lei. Estamos proibidos de informar qual tribunal ou juiz emitiu a ordem, ou em qual contexto. Estamos proibidos de informar quais contas foram afetadas. Somos ameaçados com multas diárias se não cumprirmos a ordem".

X. Corp, na plataforma social X.

"Em breve, X publicará tudo o que é exigido por @Alexandre e como essas solicitações violam a legislação brasileira. Este juiz traiu descaradamente e repetidamente a constituição e o povo do Brasil. Ele deveria renunciar ou sofrer impeachment. Vergonha @Alexandre, vergonha".

Elon Musk, na plataforma social X.

- Em 7 de abril de 2024, o ministro do STF Alexandre de Moraes incluiu Elon Musk como investigado no inquérito das milícias digitais (Inquérito nº 4.874-DF) devido à "dolosa instrumentalização criminosa" da plataforma que é proprietário. Moraes ordenou que o X cumpra todas as ordens judiciais anteriores e instaurou um novo inquérito para investigar possíveis crimes de obstrução à justiça, organização criminosa e incitação ao crime cometidos por Musk. De acordo com Moraes, há suspeitas de que a plataforma e seu proprietário tinham conhecimento e intenção de supostas práticas criminosas, além de possíveis abusos de poder econômico e indução à manutenção de condutas criminosas.



1) A INCLUSÃO DE ELON MUSK, dono e CEO (Chief Executive Officer) da provedora de rede social “X” - anteriormente “Twitter”, em face do cargo ocupado, como investigado no INQ. 4874, pela, em tese, DOLOSA INSTRUMENTALIZAÇÃO CRIMINOSA da provedora de rede social “X” - anteriormente “Twitter”, em conexão com os fatos investigados nos INQ 4781, 4923, 4933 e PET 12100;

2) A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO, por prevenção aos INQs 4923, 4933, 4781, 4874 e PET 12100, para apuração das condutas de ELON MUSK, dono e CEO (Chief Executive Officer) da provedora de rede social “X” - anteriormente “Twitter”, em relação aos crimes de obstrução à Justiça, inclusive em organização criminosa (art. 359 do Código Penal e art. 2º, § 1º, da Lei 12.850/13) e incitação ao crime (art. 286 do Código Penal).

3) A provedora de rede social “X” SE ABSTENHA DE DESOBEDECER QUALQUER ORDEM JUDICIAL JÁ EMANADA, INCLUSIVE REALIZAR QUALQUER REATIVAÇÃO DE PERFIL CUJO BLOQUEIO FOI DETERMINADO POR ESSA SUPREMA CORTE OU PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, sob pena de MULTA DIÁRIA DE R\$ 100.000,00 (cem mil reais) POR PERFIL e responsabilidade por desobediência à ordem judicial dos responsáveis legais pela empresa no Brasil.

Decisão de 7 de abril de 2024, Inquérito nº 4.874-DF.

- A cúpula do governo e aliados do presidente Lula expressaram apoio à decisão do Ministro Alexandre de Moraes, destacando a necessidade de responder às ações de Elon Musk. Entre as medidas discutidas, foram mencionadas a possibilidade de regulamentação das redes sociais e de taxação das big techs como formas de lidar com essa questão.



"O Ministro Alexandre de Moraes determinou a abertura de inquérito para investigar a conduta do bilionário Elon Musk. Ele também ordenou que a rede X não desobedeça nenhuma ordem da Justiça brasileira. Na decisão, Moraes escreve, em letras maiúsculas: "AS REDES SOCIAIS NÃO SÃO TERRA SEM LEI! AS REDES SOCIAIS NÃO SÃO TERRA DE NINGUÉM!" Não vamos ser intimidados. Nosso País é soberano e ninguém vai impor sua vontade autoritária e fazer valer a lógica de que o dinheiro faz o seu 'modelo de negócios' estar acima da Constituição Federal".

Paulo Pimenta, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência, na plataforma X.

"É urgente regulamentar as redes sociais. Não podemos conviver em uma sociedade em que bilionários com domicílio no exterior tenham controle de redes sociais e se coloquem em condições de violar o Estado de Direito, descumprindo ordens judiciais e ameaçando nossas autoridades. A Paz Social é inegociável".

Jorge Messias, Advogado-Geral da União, na plataforma X.

"Não bastasse esse charlatão lucrar fortunas transformando o twitter em playground para o ódio e preconceito destilados pela extrema-direita, quer dar pitaco nas questões jurídicas e políticas do Brasil. A regulação das plataformas não é censura, é uma necessidade civilizatória. PL 2630 SIM!".

Orlando Silva (PCdoB - SP), deputado, na plataforma X.

- A Anatel foi contactada e tomou medidas em resposta à comunicação de assessores do ministro Alexandre de Moraes, preparando as operadoras de telecomunicações para possíveis ordens judiciais de bloqueio das atividades da plataforma X (antigo Twitter). Além disso, há possibilidade que o bloqueio afete também as operações de banda larga da Starlink, empresa do grupo controlado por Elon Musk. Atualmente, o serviço é utilizado por aproximadamente 150 mil usuários brasileiros.

Elon Musk

@elonmusk

EV AIR DEPUTADO FEDERAL
DE MELO VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

- O conflito entre Elon Musk e a Justiça brasileira ganhou repercussão internacional com reportagens em veículos de comunicação como a [CNBC](#), [Reuters](#), [Financial Times](#), [The Washington Post](#), [Independent](#), [Bloomberg](#) e [Le Monde](#). As notícias abordam os debates em torno das investigações conduzidas pelo ministro Alexandre de Moraes para combater supostas "milícias digitais", bem como as controvérsias envolvendo Elon Musk e governos estrangeiros. Além disso, discute-se a interpretação do posicionamento do Advogado-Geral da União e de aliados do presidente Lula como respaldo do governo à atuação de Moraes.

"Moraes respondeu no domingo, acrescentando Musk à investigação que ele lidera sobre notícias falsas nas redes sociais e abrindo um inquérito sobre o que chamou de obstrução à justiça. [...] O governo de esquerda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou apoio a Moraes, com o procurador-geral Jorge Messias criticando Musk e pedindo a regulamentação das redes sociais para evitar que plataformas estrangeiras violem as leis brasileiras".

Anthony Boadle, no artigo "[Brazil judge opens inquiry into Musk after refusal to block accounts on X](#)", publicado pela Reuters.

"Brasil ameaça regulamentar redes sociais após confronto com Elon Musk. [...] Orlando Silva, um legislador alinhado com o governo, disse que Musk desrespeitou o poder judiciário e que em resposta iria propor uma legislação que estabelecesse um "regime de responsabilidades para estas plataformas digitais".

Bryan Harris e Hannah Murphy, no artigo "[Brazil threatens to regulate social media after clash with Elon Musk](#)", publicado pelo Financial Times.



"Antes de Musk se comprometer a desafiar a ordem do juiz, a equipe global de assuntos governamentais do X afirmou que a empresa foi "forçada" pelo tribunal a bloquear algumas contas no Brasil. "Estamos ameaçados com multas diárias se não cumprirmos", acrescentou a declaração. Não se sabia imediatamente quais contas foram afetadas e por que, embora ordens anteriores de remoção tenham visado contas supostamente carregando notícias falsas e discursos de ódio".

Niha Masih, no artigo "[Elon Musk challenges Brazilian judge over order to block X accounts](#)", publicado no The Washington Post.

- Juristas e especialistas têm expressado preocupações quanto à ausência de clareza nos fundamentos da decisão do STF e à falta de especificidade quanto à suposta colaboração criminosa da plataforma X para influenciar a opinião pública.



"A respeito da chamada "dolosa instrumentalização criminosa", é difícil entender o fundamento da decisão. Parece que se quer dizer que a plataforma existe em conluio com sua direção para impactar a opinião pública contra a corte. Mas até onde sabemos, apenas Musk, em seu perfil pessoal, tem se manifestado criticamente. Dizer que suas manifestações foram criminosas parece ser controverso, dizer que ele usou a estrutura de sua rede para impulsionar sua crítica é um passo grande. Dizer, por fim, que possuía intenção dolosa de desestabilizar a opinião pública, atentando contra a soberania do país é um passo e tanto, que não pode ser suposto, exige indícios robustos que não encontrei na decisão".

André Marsiglia, advogado constitucionalista, na plataforma X.



2 POLÍTICA

Escândalo da Unigel, novas denúncias de propina, disputas internas e iminente substituição de Prates ampliam crise na Petrobras

Negócios da estatal mais poderosa do Brasil estão na mira do TCU e da Comissão de Valores Mobiliários; interferências políticas ameaçam futuro da empresa, epicentro de escândalos nos governos do PT

Síntese

- Novo Relatório do TCU reafirma as graves irregularidades no contrato entre Petrobras e Unigel.
- Artigo na revista Piauí revela relações prévias da Unigel com o PT e sugere possível intervenção do Planalto no acordo de *tolling*, suspenso e criticado pelo TCU.
- Trafigura, empresa suíça, se declara culpada por pagar propinas a funcionários da Petrobras para garantir negócios durante gestões petistas (2003-2014), resultando em multa de mais de US\$ 126 milhões.
- Disputas internas na Petrobras sobre dividendos extraordinários e possível substituição do presidente Jean Paul Prates geram instabilidade e evidenciam influência política sobre a empresa. Nesse contexto, a CVM inicia investigação sobre vazamento de informações relacionadas à Petrobras.





Desdobramentos do escândalo do contrato com a Unigel

- A unidade de auditoria especializada em petróleo, gás natural e mineração do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu relatório datado de 18 de março e enviado ao relator do processo, Benjamin Zymler, acusou novamente indícios de irregularidades graves no contrato entre a Petrobras e a petroquímica Unigel.
- O relatório reitera violações às normas de governança da Petrobras, além de identificar lacunas e imprecisões nas análises de risco realizadas pela empresa, incluindo a possibilidade de inadimplência da Unigel em obrigações trabalhistas e desequilíbrios financeiros decorrentes de variações nos preços de gás natural e fertilizantes. Também questiona a adequação da natureza jurídica do contrato (tolling), considerando-a inadequada devido a análises de risco incompletas.
- Na mesma semana, artigo publicado na revista Piauí denominado "A Operação da Petrobras para Salvar um Parceiro do PT" revelou uma série de relações anteriores da empresa com figuras-chave do Partido dos Trabalhadores, assim como apontou indícios de intervenção do Planalto na definição do acordo de tolling, ora sob análise do TCU.
- Além do resultado econômico desfavorável para a Petrobras, o contrato é notável por seu componente político, especialmente devido à relação de longa data entre membros da cúpula do PT e Henri Armand Szlezzynger, proprietário da Unigel.
- Segundo membros da alta cúpula da Petrobras, o ex-governador da Bahia e atual ministro da Casa Civil, Rui Costa, tem forte participação no negócio e acompanhou de perto sua condução. A concretização do contrato poderia beneficiar um grupo com laços históricos com o PT da Bahia, estabelecidos por meio de doações eleitorais ao longo de dezoito anos.
- Segundo registros do Tribunal Superior Eleitoral, as empresas do Grupo Unigel e seu principal acionista, Henri Armand Szlezzynger, realizaram doações oficiais totalizando 3,57 milhões de reais a candidatos do PT na Bahia e à ex-presidente Dilma Rousseff desde 2006, totalizando cerca de 6,46 milhões de reais corrigidos pelo IPCA.

- A relação teve início na eleição de Jaques Wagner para o governo da Bahia em 2006, quando a empresa Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S.A, adquirida pelo Grupo Unigel em 1997, fez doação de 50 mil reais para a campanha do governo. Na reeleição de Wagner em 2010, a doação subiu para 750 mil reais. Lembramos que o senador Jaques Wagner é o atual líder do governo no Senado Federal.
- No mesmo ano, Rui Costa, então secretário de Relações Institucionais da Bahia, concorreu ao cargo de deputado federal e recebeu uma doação de R\$ 20,5 mil reais de uma das empresas do grupo. Mais tarde, em 2014, enquanto candidato à sucessão de Wagner, Costa recebeu 450 mil reais de três empresas do grupo: Unigel Plásticos, Proquigel e Acrinor. No mesmo ano, Dilma Rousseff recebeu a maior doação, totalizando 2 milhões de reais, provenientes da Acrinor e da Proquigel.
- Em 2018, após a proibição das doações empresariais, Henri Szlezzynger contribuiu com 50 mil reais, como pessoa física, para a campanha de reeleição de Rui Costa ao governo da Bahia, tornando-se o quinto maior doador individual para o candidato naquele ano.
- Na eleição de 2022, Henri Szlezzynger doou 200 mil reais para o candidato Jerônimo Rodrigues, que acabou sendo eleito como sucessor de Rui Costa. Ele foi o principal doador individual da campanha de Rodrigues. Além disso, Szlezzynger transferiu 100 mil reais para a campanha do deputado estadual Rosemberg Pinto, que, no mesmo ano, propôs que o governo estadual concedesse a Szlezzynger o título de cidadão baiano. O empresário, de origem belga e naturalizado brasileiro, recebeu a honraria das mãos de Costa.

Cronologia de fatos ligados ao contrato de tolling, conforme apuração da revista Piauí

 **8/03/2023** Reunião entre o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, com o presidente da Unigel, Roberto Noronha, e dois diretores da empresa para discutir medidas emergenciais para a produção de fertilizantes nitrogenados no Brasil.

 **26/04/2023** Segunda reunião entre Henri Armand Szlezzynger e Geraldo Alckmin, dessa vez no Palácio do Planalto, com foco na reorganização e atualização do Plano Nacional de Fertilizantes.

- 11/05/2023** Primeira reunião entre a Unigel e a Petrobras sob a presidência de Jean Paul Prates.
- 31/05/2023** Atualização da "visão de empresa" da Petrobras, incluindo menção a "fertilizantes", seguida pela assinatura de um acordo de confidencialidade entre a Petrobras e a Unigel para buscar oportunidades na área de fertilizantes.
- 22/06/2023** Início das discussões sobre o tolling entre a Petrobras e a Unigel.
- 21/09/2023** Reunião no Rio entre diretores da Petrobras e executivos da Unigel.
- 6/10/2023** Reunião em Salvador entre diretores da Petrobras e executivos da Unigel.
- 21/11/2023** Reuniões do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, com o presidente Lula, acompanhado de Sérgio Caetano, um dos diretores que assinou o contrato com a Unigel.
- 24/11/2023** Denúncia anônima interna na Petrobras sobre irregularidades nas negociações do contrato de tolling.
- 13/12/2023** Última reunião registrada entre diretores da Petrobras e executivos da Unigel antes do negócio ser selado.
- 19/12/2023** Nova denúncia anônima interna na Petrobras sobre pressão para fechar o contrato de tolling com a Unigel.
- 16/01/2024** Gestores envolvidos na negociação com a Unigel comparecem ao Tribunal de Contas da União (TCU) para falar com a área técnica atuante no setor de óleo e gás.
- 31/01/2024** Auditores do TCU levantam problemas graves no contrato entre a Petrobras e a Unigel.
- 27/03/2024** Parecer de auditores do TCU indica que o contrato entre a Petrobras e a Unigel "não faz sentido empresarial, lógico ou econômico".

Empresa suíça entrega documentos que comprovam o pagamento de propina a funcionários da Petrobras

- Apesar das tentativas do atual governo de promover um revisionismo histórico e negar os escândalos de corrupção expostos pela Operação Lava Jato, é fundamental não olvidar que essa a estatal é também investigada por outros países. Isso se deve ao fato de que as ações ilícitas da Petrobras não apenas descumpriram leis brasileiras, mas também normas anticorrupção de outros países nas quais está listada.
- É importante destacar que atualmente estão em andamento processos no exterior contra a petrolífera. O desdobramento mais recente envolve a empresa suíça Trafigura.
- Trafigura Beheer B.V. (Trafigura), empresa internacional de comércio de commodities sediada na Suíça, declarou-se culpada em uma investigação conduzida pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos sobre violações da Lei de Práticas Corruptas no Exterior (FCPA). A empresa concordou em pagar mais de US\$ 126 milhões para resolver o caso, que envolveu o pagamento de propinas a funcionários do governo brasileiro para garantir negócios com a Petrobras. Uma parte dessa multa poderá ser utilizada para pagar valores devidos em investigações conduzidas por autoridades brasileiras (p.ex. Operação Sem Limites).
- A Trafigura se declarou culpada por violar as disposições antissuborno da Foreign Corrupt Practices Act. A investigação descobriu que a Trafigura e seus cúmplices concordaram em fazer pagamentos de suborno de até 20 centavos de dólar por barril de petróleo comprados da Petrobras ou vendidos para a Petrobras pela Trafigura. O esquema envolveu o uso de empresas de fachada e intermediários com contas bancárias offshore para ocultar os pagamentos indevidos.
- Durante mais de uma década (2003-2014), a Trafigura participou de um esquema corrupto com governos petistas, resultando em lucros ilegais superiores a US\$ 61 milhões.

"Por mais de uma década, a Trafigura subornou funcionários brasileiros para obter negócios ilegalmente e auferindo mais de US\$ 61 milhões em lucros [...]. "A confissão de culpa de hoje ressalta que, quando as empresas pagam subornos e prejudicam o estado de direito, elas enfrentarão penalidades significativas. O departamento continua determinado a combater o suborno estrangeiro e a responsabilizar aqueles que violam a lei".

Procuradora Adjunta Principal Nicole M. Argentieri, chefe da Divisão Criminal do Departamento de Justiça.

Outras Fontes de Turbulência: Disputas Internas, Dividendos Extraordinários, Investigação da CVM

- A disputa pela presidência da Petrobras revela um embate entre interesses políticos e a estabilidade da empresa, evidenciando a prevalência de agendas partidárias sobre os interesses dos acionistas.
- Em meio a crise instalada desde a divergência em relação ao destino dos dividendos extraordinários, Jean Paul Prates tem enfrentado resistência da cúpula petista, que busca substituí-lo por nome mais conveniente aos interesses desenvolvimentistas do partido.
- De acordo com a apuração da colunista Malu Gaspar, Rui Costa indicou Marcus Cavalcanti, que foi secretário de Infraestrutura da Bahia em sua gestão. No entanto, o nome favorito no processo sucessório é o de Aloizio Mercadante, que é visto como uma figura capaz de conciliar os interesses partidários e apaziguar os conflitos internos do governo.
- Sobre o pagamento de dividendos, os ministros Rui Costa e Alexandre Silveira, anteriormente contrários ao pagamento de dividendos extraordinários pela Petrobras, manifestaram apoio à distribuição desses recursos aos acionistas, alinhando-se ao ministro Fernando Haddad. O governo deverá receber cerca de R\$ 12,59 bilhões, fortalecendo seu caixa em um ano eleitoral.
- Nesse contexto, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anunciou o início de um processo administrativo que visa investigar "notícias, eventos relevantes e comunicados" relacionados à Petrobras. A investigação avaliará se houve o vazamento de informações a agentes do mercado, que especularam sobre as notícias supramencionadas.
- As ações da Petrobras (PETR4) experimentaram uma significativa volatilidade no dia 4/4/2024 (quinta-feira), oscilando quase 5% para baixo e, em seguida, disparando quase 5%, entre 11h20 e 12h20, em resposta a especulações sobre uma possível troca do CEO e a retomada dos dividendos extraordinários.



Rui Costa é citado em delação por suposto desvio de R\$ 48 milhões em compra de respiradores

Apontado como 'primeiro-ministro' de Lula, chefe da Casa Civil é implicado em denúncia de empresária que firmou contrato fraudulento com o governo da Bahia durante a pandemia da Covid-19

Considerado pelo presidente Lula como “primeiro-ministro”, o ministro da Casa Civil e ex-governador da Bahia, Rui Costa (PT), teve seu nome citado por Cristiana Taddeo, empresária proprietária da *Hempcare*, em delação premiada sobre o “escândalo dos respiradores”, ocorrido durante a pandemia da covid-19.

A empresa *Hempcare* foi contratada pelo Consórcio do Nordeste por meio do governo da Bahia para fornecer trezentos respiradores para os estados da região durante a pandemia. Com menos de um ano de abertura do CNPJ da *Hempcare*, Cristiana Taddeo acertou a venda dos aparelhos com o então governador do Estado da Bahia em abril de 2020 (início da pandemia), no valor de R\$ 48 milhões. Destaca-se que a empresa recebeu os R\$ 48 milhões antes de assinar o contrato com o ex-governador e atual ministro da Casa Civil do governo Lula. Rui Costa presidia o Consórcio do Nordeste à época. A delação de Taddeo foi homologada pelo Superior Tribunal de Justiça em 2022.



Cristiana Taddeo já devolveu R\$10 milhões aos cofres públicos e apresentou à Polícia Federal extratos bancários de transferências aos intermediários da venda e também “prints” de conversas que revelam o envolvimento de Rui Costa no esquema. A empresária afirmou que recebeu os R\$ 48 milhões do ex-governador e atual ministro do presidente Lula, mas não entregou nenhum respirador. Taddeo disse que recebeu informações privilegiadas de Cleber Isaac, empresário baiano que se apresentava como amigo do atual ministro da Casa Civil do governo Lula. Segundo Taddeo, Isaac teria cobrado R\$ 11 milhões como propina para facilitar a negociação.

Em abril de 2022, a PF fez uma operação de busca e apreensão para intensificar as investigações. Um dos alvos foi o ex-secretário da Casa Civil de Rui Costa, Bruno Dauster. Em depoimento à PF, Dauster confirmou que as tratativas tiveram o aval de Rui Costa. Cristiana Taddeo afirmou ainda que a Polícia Civil da Bahia omitiu propositalmente o nome de Rui Costa nos depoimentos que ela prestou sobre o caso. “Todas as vezes que eu mencionei o então governador Rui Costa, os delegados que estavam me entrevistando minimizaram a sua participação dizendo que ele não tinha nenhuma culpa; que essas respostas se repetiram e, em algumas oportunidades, de forma agressiva; que então eu percebi que eles estavam protegendo o então governador”, disse Cristiana Taddeo, durante sua delação premiada. A empresária ainda afirmou que a então delegada-geral adjunta da Polícia Civil da Bahia, Ana Rezende, acompanhou os depoimentos e era a que mais protegia o então governador.

O inquérito do “escândalo dos respiradores” encontra-se no Supremo Tribunal Federal. Os autos tramitam em segredo de justiça. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte foi a única casa legislativa do país que realizou uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso. Os trabalhos da CPI duraram seis meses. No relatório final, outras autoridades além de Rui Costa foram indiciadas pela compra fraudulenta dos respiradores: a governadora Fátima Bezerra (PT) e seu secretário de Saúde à época, Cipriano Maia, além do ex-secretário da Casa Civil da Bahia, Bruno Dauster, e Carlos Gabas, ex-secretário-executivo do Consórcio do Nordeste (e também ex-ministro da Previdência Social de Lula e ex-ministro de duas pastas no governo Dilma). O prefeito de Araraquara (SP), Edinho Silva (PT) e outros quatro empresários também foram indiciados.

Rui Costa não é o primeiro ministro de Lula e dificilmente será o último investigado por desvio de verbas públicas. Em 2023, a PF também revelou que o ministro Juscelino Filho (União-MA), das Comunicações, é investigado por uma suposta relação criminosa com um dos proprietários da Construservice, empreiteira suspeita de desvios da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Segundo a PF, o ministro das

Comunicações de Lula tinha “atuação criminosa”. Lula, mais uma vez, relativizou as suspeitas sobre um ministro seu e o manteve no cargo até os dias atuais.

O ministro Wellington Dias (PT-PI), do Desenvolvimento Social e senador licenciado, também é suspeito de envolvimento em um esquema milionário de corrupção envolvendo recursos da Secretaria de Educação do estado do Piauí. A investigação do Ministério Público Federal e da PF estima que os desvios cheguem a R\$ 120 milhões. Parentes do ministro do Desenvolvimento Social também são alvos da investigação. O processo corre em segredo de justiça no Superior Tribunal de Justiça. A Controladoria-Geral da União identificou indícios de superfaturamento em contratos de prestação de serviços de transporte escolar e locação de veículos.



Tentativa do governo de canalizar emendas parlamentares para o novo PAC vira fiasco

Nem mesmo deputados e senadores da base aliada atenderam apelos para destinar recursos a obras que o Planalto considera prioritárias; dos quase 600 congressistas, só 12 aderiram às chamadas ‘emendas cashback’

- No dia 14/03, o governo divulgou portaria que regulamenta as chamadas Emendas PAC, apelidadas de “emendas cashback”.
- A meta é financiar obras do PAC com recursos dos parlamentares. Em troca, o governo financiaria outro projeto de interesse do parlamentar. No entanto, os dois projetos devem vir de uma lista pré-definida pelo governo.
- Para propagandear a modalidade, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) elaborou um manual para o processo. O material foi distribuído para parlamentares e assessores na esperança que os recursos de emenda fossem direcionados para as obras do PAC.
- O governo também trabalhou para realizar oficinas presenciais para capacitar assessores parlamentares na ferramenta desenvolvida para essa finalidade.



- No fim, porém, o Planalto não conseguiu convencer nem mesmo a base aliada. Apenas 12 parlamentares - 11 deputados e 1 senador - entraram na modalidade.
- Isso significa que o governo mal conseguiu convencer 15% dos deputados da “Federação Brasil da Esperança”, que reúne deputados do PT, PCdoB e PV. No Senado, nenhum senador do PT aderiu às emendas PAC.
- Nem mesmo os que entraram decidiram investir muito na modalidade. Dos 6.365 projetos disponíveis, apenas 22 foram selecionados - só 0,3%.
- A tentativa de financiar o PAC com emendas fracassou, apesar da gigantesca propaganda do governo.





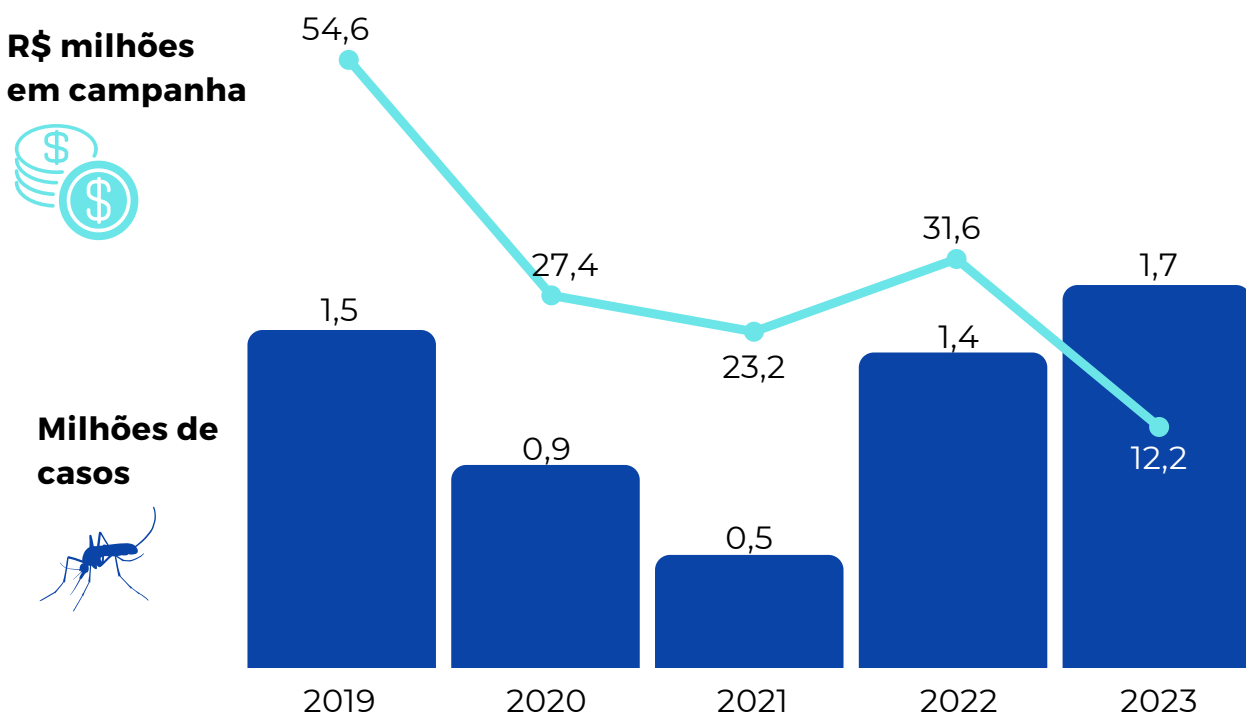
SAÚDE

Lula reduziu verba para campanhas contra a dengue em meio a alta histórica de casos da doença

Investimento em ações de conscientização teve corte de 61% no governo do PT; Brasil já contabiliza mais de 1.000 mortes em 2024 e está prestes a atingir recorde histórico de vítimas da doença

Com mais de 1.078 vidas perdidas em decorrência da dengue, e outras 1.593 ocorrências em investigação, é indiscutível a responsabilidade do governo federal na falha adoção de medidas preventivas de combate e enfrentamento do *Aedes aegypti*, bem como na coordenação e preparo dos profissionais e na organização da rede assistencial.

Dados levantados pelo [Portal Poder 360](#) apontam uma redução de 61% nos gastos com publicidade de prevenção contra a dengue, passando de R\$ 31,6 milhões em 2022 (governo Bolsonaro), para R\$ 12,2 milhões em 2023 (primeiro ano do governo Lula), em valores corrigidos.



Fonte: poder360

Informações do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – Sicom sobre veiculação de ações de publicidade, sob a responsabilidade do ministro Paulo Pimenta, e consolidadas pelo Poder 360, colocam as redes Globo, Record, SBT e Band como as maiores destinatárias de recursos para publicidade do Ministério da Saúde voltados para dengue em 2023.

Globo e afiliadas	R\$ 4,2 milhões
Record e afiliadas	R\$ 1,6 milhão
SBT e afiliadas	R\$ 900 mil
Band e afiliadas	R\$ 534 mil

Em nota, o Ministério da Saúde tenta justificar sua inação com campanhas preventivas alegando que não foram considerados os valores gastos em janeiro e fevereiro de 2024. No entanto, esquecem que o orçamento público respeita o princípio da anualidade, ou seja, as despesas devem ser consideradas de janeiro a dezembro dentro do exercício financeiro. Ou, então, comparadas considerando períodos equivalentes dos dois anos.

Segundo dados extraídos do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para Dengue e outras Arboviroses (COE), vinculado ao Ministério da Saúde, o número de casos registrados nas primeiras semanas epidemiológicas de 2024 já era bastante superior aos do fim de 2023. Outro indicativo do que iria acontecer em 2024 é que esses números também eram bastante superiores aos observados no início de 2023. E continuaram a se elevar nas semanas seguintes.

Ainda em fevereiro, a secretária de Vigilância em Saúde, Ethel Macial, estimava para este ano um total de 4,2 milhões de casos. Porém, só nas primeiras 13 das 52 semanas epidemiológicas do ano, já passamos de mais da metade desta estimativa, mesmo considerando o atraso nas notificações dos estados e municípios.



Evidente que o país se encontra mergulhado em uma grave epidemia de dengue, com mais de 2,7 milhões de casos prováveis da doença, dos quais 52,17% já foram confirmados, com 13 estados e o Distrito Federal apresentando coeficiente de incidência maior que 300 casos por mil habitantes. Os três primeiros meses de 2024 já superam em três vezes os números de 2023, inclusive o número de mortes, entre óbitos confirmados e em investigação.

Segundo dados de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculados ao Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho (CEE), as mortes por dengue, em sua maioria, são evitáveis. Na conclusão do estudo, os pesquisadores são categóricos em afirmar que dengue não mata e chamam a atenção para a necessidade de planejamento prévio como resposta a epidemias, sempre sob a orientação do Ministério da Saúde.

“(…) planejamento prévio na forma de planos de contingência de todos os estados e municípios, conforme prescreve o Ministério da Saúde e as Organizações Mundial e Pan-americana da Saúde, nos diversos documentos que vem sendo (re)publicados e atualizados nas últimas décadas para resposta à epidemia de dengue, e mais recentemente para epidemias de arboviroses. De preferência com o componente assistencial dos planos, elaborado de acordo com as orientações do Ministério da Saúde, que tratam da organização dos serviços de assistência em saúde no caso de epidemia de dengue e de arboviroses”.

Portanto, para além da comprovada redução no investimento em ações voltadas a campanhas para enfrentamento da dengue, Chikungunya e Zika em 2023, erra o governo ao não buscar uma comunicação mais próxima ao cidadão. As peças publicitárias usam fórmulas genéricas, com estratégias de comunicação de duas ou três décadas atrás e a contratação de grandes empresas de publicidade, distantes da realidade da maioria da população, como afirmou o sanitarista Jonas Brant, coordenador da Sala de Situação de Saúde da Universidade de Brasília (UnB), em matéria veiculada pela Agência Senado sobre a Dengue.

4 CIÊNCIA

Governo corta R\$ 310 milhões da Ciência e ameaça continuidade de pesquisas no Brasil

Pesquisadores brasileiros denunciaram o problema na Nature, mais importante revista científica do mundo; cortes não apenas prejudicam o avanço de estudos, mas também minam a confiança dos pesquisadores, aumentando o risco fuga de talentos para outros países

Síntese

- Cortes de bolsas de pesquisa do CNPq, totalizando R\$ 310 milhões, geraram protestos entre pesquisadores, que criticam o modelo de distribuição baseado em índices municipais de desenvolvimento humano e em número médio de defesas de teses e dissertações.
- O impacto negativo dessas medidas pode desestimular a excelência acadêmica, minar a confiança dos pesquisadores no apoio governamental à pesquisa e dificultar a busca por soluções inovadoras para desafios em áreas cruciais aos brasileiros como saúde, energia, meio ambiente e agricultura.





Análise

EVAIR DE MELO | DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

- Na renomada revista Nature, pesquisadores do Brasil publicaram nota denominada "Cortes no financiamento de pós-graduação ameaçam a ciência brasileira — novamente", na qual expressam críticas contundentes ao recente corte de bolsas de pesquisa promovido pelo CNPq e à condução das políticas para pesquisa no atual governo.

"Instamos as partes interessadas federais a reconsiderarem esses cortes e a advogarem não apenas pela restauração, mas também pela expansão do financiamento de bolsas de estudo de pós-graduação. Como um ator econômico e científico global, o Brasil não pode se dar ao luxo de abandonar toda uma geração de estudantes e pesquisadores. Isso comprometeria o desenvolvimento científico futuro do país".

Marcus Oliveira e Adriane Todeschini, Cuts to postgraduate funding threaten Brazilian Science - again, Nature.

- No texto, os pesquisadores afirmam que houve a subtração de uma verba significativa das universidades federais, estimada em R\$ 310 milhões. Para mencionar um exemplo dos reflexos desse corte, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), eleita a melhor universidade federal brasileira pelo The World University Ranking 2024, recebeu apenas um terço das bolsas esperadas. A entidade aguardava cerca de 300 bolsas para manter o número atual de bolsistas, mas recebeu apenas 50 de mestrado e 47 de doutorado - aproximadamente, uma bolsa por programa.

- Outros membros da comunidade acadêmica também expressaram preocupação, destacando os impactos negativos que essas medidas podem ter no futuro da pesquisa no país.

"Para haver mudança de política, é necessária uma transição entre o CNPq e a Capes no tocante ao financiamento das bolsas. Por enquanto, a gente só tem o corte, porque não há aumento de oferta de bolsas Capes".

João Torres, pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ.

"No ciclo iniciado em 2024, esta agência alterou novamente sua política, concedendo bolsas via Instituições de Ensino Superior (IES), o que resultou em uma drástica diminuição no número de bolsas".

Carta Aberta de Membros da Comunidade Científica Brasileira.

- Os cortes nas bolsas de pesquisa não apenas prejudicam o avanço científico, mas também minam a confiança dos pesquisadores no apoio governamental à pesquisa. Amplia-se também o risco de fuga de cérebros, com cientistas brasileiros buscando oportunidades em países que valorizam mais a ciência e a tecnologia. Isso é preocupante, dadas as atuais necessidades do Brasil em áreas como saúde, energia, meio ambiente e agricultura, em que a pesquisa científica é crucial para soluções inovadoras.
- A comunidade científica brasileira também contesta o modelo de distribuição de bolsas da Capes, ponderado excessivamente por índices de desenvolvimento humano municipais e número médio de defesas de teses e dissertações. Argumentam que esse critério não prioriza a qualidade e o potencial das pesquisas realizadas nas diversas instituições, podendo levar a uma alocação ineficaz dos recursos disponíveis para bolsas.
- O próprio CNPq reconheceu que esses critérios estão levando à redução de bolsas em programas e instituições altamente qualificados, o que levanta sérias questões sobre a adequação do sistema de distribuição de bolsas de pesquisa. Essa abordagem pode desestimular a excelência acadêmica e a inovação em áreas cruciais para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

"São os alunos da pós-graduação que carregam o desenvolvimento da Ciência no Brasil. Se houve impacto e diminuição do número de bolsas no CNPq ou na CAPES , isso precisa ser revertido imediatamente [...]. A ciência não pode ser pautada por narrativas políticas, mas sim por evidências e pela busca contínua do conhecimento".

Senador Astronauta Marcos Pontes, na rede social X.

- É imperativo que o governo reconsidere sua estratégia de financiamento da pesquisa científica, valorizando talentos e inovação. Os cientistas brasileiros necessitam de um ambiente de pesquisa robusto e consistente para promover descobertas e impulsionar o progresso social e científico.



5 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Governo brasileiro se omite em votação na ONU sobre crimes de guerra da Rússia

Brasil se absteve em votação no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e deixou de apoiar pedido para ampliar investigações de crimes de guerra cometidos durante a invasão russa na Ucrânia

Baseado no “espírito de um diálogo construtivo”, o governo brasileiro se absteve em uma votação no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e deixou de apoiar um pedido para ampliar as investigações de crimes de guerra cometidos pela Rússia na Ucrânia. A comissão havia sido criada em março de 2022, com voto favorável do Brasil, após a invasão do território ucraniano por tropas russas.

O embaixador Tovar da Silva Nunes, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, afirmou que os termos da resolução aprovada poderiam impedir o diálogo entre os dois lados na guerra.

A diplomacia de Kiev rebateu o argumento brasileiro de que o conteúdo da proposta fosse tendencioso ou impedisse o diálogo. A representante da Ucrânia disse que o único pedido era que o conselho mantivesse o monitoramento das "atrocidades cometidas pela agressão russa" e que o mecanismo internacional independente verificasse a dor enfrentada diariamente pelo povo ucraniano.

Apesar da abstenção do Brasil, a resolução foi aprovada por 27 votos a 3. Com isso o mandato da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia foi renovado por um novo período de um ano.

O senador Sergio Moro (União/PR) e a deputada Carla Zambelli (PL/SP) comentaram no X a posição do governo petista:





Carla Zambelli ✓
@Zambelli2210



Lula está levando o Brasil a posições diplomáticas vergonhosas e perigosas ao se colocar ao lado das ditaduras e contra as vítimas. O Brasil, sob o governo Lula se absteve numa votação no Conselho de Direitos Humanos da ONU e deixou de apoiar um pedido de extensão do prazo de trabalho da comissão de inquérito sobre crimes de guerra da Rússia na Ucrânia, especialmente contra direitos humanos de mulheres e crianças. O Brasil sob o governo Bolsonaro votou favoravelmente à criação da comissão em março de 2022, após a invasão do território ucraniano por tropas russas.

O governo Lula tem feito uma série de gestos em favor da Rússia. Autoridades do governo têm dito, por exemplo, que Putin seria bem-vindo ao país para a cúpula do G20 e argumentam que ele gozaria de certas prerrogativas e imunidades por ser chefe de Estado.

Lula já cogitou que a Ucrânia deveria ceder a Crimeia para firmar um acordo de paz e disse que tanto Putin quanto o presidente ucraniano Zelenski tinham o mesmo grau de responsabilidade pela guerra. A Ucrânia, porém, foi invadida unilateralmente pelos russos, em 24 de fevereiro de 2022.

O petista disse ainda que não era obrigado a ter o mesmo "nervosismo" dos europeus com Putin e disse que os "bicudos vão ter de se entender". O presidente e o PT enviaram cartas de cumprimentos pela reeleição de Putin, numa eleição que foi alvo de contestação internacional.

No G20 da Índia, Lula defendeu, em entrevista a uma rede de TV indiana, que Putin não seria preso no Brasil. Depois, em entrevista coletiva, voltou atrás na ideia de criar obstáculos a uma eventual ordem de prisão no país e afirmou que o caso caberia à Justiça brasileira.

Em novembro de 2023, o governo do presidente Lula submeteu um parecer à Comissão de Direito Internacional da ONU com argumentação jurídica que permite possível vinda de Vladimir Putin ao Brasil para participar da cúpula do G20, mesmo ele tendo mandado de prisão em aberto. Em tese, o Brasil é obrigado a prender Putin caso pise os pés em território nacional, isso porque o país faz parte dos signatários do Estatuto de Roma, responsável por criar o Tribunal de Haia. Segundo especialistas, o parecer não tem efeito prático e apenas indica "uma opinião oficial do governo Lula".

Odd Magne Ruud, embaixador norueguês em Brasília, falou que a presença de Putin causaria um “grande problema”, especialmente entre as nações do G7: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

Para os representantes da Finlândia, Noruega, Dinamarca e Suécia, a posição do Brasil de manter relações com a Rússia está longe do ideal. Essas nações defendem a soberania ucraniana.



Com a complacência de Lula, regime de Maduro institucionaliza perseguição a opositores

Às vésperas de eleição nacional, ditador venezuelano endurece repressão a adversários com “Lei contra o Fascismo”, que prevê a prisão de pessoas que se manifestarem contra seu governo; texto chega ao extremo de proibir pensamento liberal e conservador no país

A menos de quatro meses das eleições nacionais, o ditador venezuelano Nicolás Maduro endurece cada vez mais a repressão contra seus opositores internos. Em conluio com sua ampla base na Assembleia Nacional (o Congresso venezuelano), Maduro aprovou a “Lei contra o Fascismo, Neofascismo e Expressões Similares”. Maduro denomina “fascistas” todos aqueles políticos e cidadãos comuns venezuelanos que não sejam subservientes à sua ditadura.

A “lei antifascista” é tão grave que determina a imediata punição com prisão para todos aqueles cidadãos opositores ao regime vigente que se reunirem ou se manifestarem, ainda que pacificamente, contra o regime de Maduro. Partidos e grupos políticos opositores a Maduro, considerados “neoliberais” ou “fascistas”, estarão definitivamente impedidos de exercer o seu livre exercício democrático.



Maduro costuma rotular todos os seus opositores locais como fascistas. Assim também alguns aliados de Maduro fazem pelo mundo. Daniel Ortega, presidente nicaraguense, Vladimir Putin, presidente da Federação Russa, também são conhecidos por rotular seus opositores como “fascistas”. Os três presidentes também são amplamente conhecidos por perseguições políticas implacáveis, levando muitos compatriotas ao exílio quando não são presos ilegalmente e mortos em seus países.

Cabe ressaltar que o rótulo de “fascista” atualmente também é amplamente empregado pelos apoiadores do presidente Lula contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e toda a sua ampla base no Congresso Nacional e também nos estados. O petista, a propósito, é um aliado de primeira hora do ditador venezuelano e, em reiteradas ocasiões, tem relativizado a grave situação no país vizinho, minimizando abusos e perseguições.

A missão de articulação da “Lei antifascista” bolivariana foi realizada pela vice-presidente Delcy Rodríguez. Rodríguez foi presidente da Assembleia Nacional no biênio 2017-2018. Anteriormente, foi ministra das Comunicações e Informação e também das Relações Exteriores do regime de Maduro. Por seu histórico pouco democrático, Rodríguez é proibida de entrar em qualquer país ou território da União Europeia. Países como os Estados Unidos, Canadá, Suíça, México e a vizinha Colômbia também aprovaram essa e outras sanções contra a vice-presidente venezuelana. Rodríguez justificou a aprovação dessa nova lei como um “valioso instrumento para garantir a felicidade, a democracia e a paz do nosso povo”.

Quais são os principais artigos da “Lei antifascista”?

A lei tem 30 artigos. Segundo seu objetivo, “estabelece os meios e mecanismos para preservar a convivência pacífica e a tranquilidade pública”. Para tal, a lei estabelece a “necessidade de proteger a sociedade venezuelana do surgimento de qualquer expressão de ordem fascista, neofascista ou de natureza similar”.

Em um dos nada convencionais artigos, aparece o banimento de qualquer ideia ligada ao liberalismo econômico. “O pensamento neoliberal e conservador está proibido em todo o país”. Infere-se que a partir da sanção desta lei, a perseguição será ainda mais implacável contra seus opositores, independente se estes são políticos ou não. A censura também está prevista para aqueles que usam as redes sociais para criticar de alguma forma Maduro e seus aliados. Toda e qualquer tentativa de “prejudicar” a imagem do governo será punida.

Os meios de comunicação independentes praticamente desapareceram da Venezuela devido à perseguição política. E para os poucos meios de comunicação que restam no país, tanto impressos quanto digitais, há um alerta. Multas severas serão aplicadas a estes, caso espalhem “mensagens proibidas” ou “fake news”, avaliadas por um “Alto Comissariado” liderado por militantes chavistas, vinculados a Maduro. As penas previstas podem levar os opositores até doze anos de prisão além de multas altíssimas, estipuladas em US\$100.000,00.

Quanto às “mensagens proibidas”, a lei considera como tal todas as mensagens que promovam “a violência como método de ação política”, que reproduzam “a cultura do ódio”, que “denigrem a democracia e suas instituições”, que “promovam a suspensão de direitos e garantias” e que “exaltem princípios, fatos, símbolos e métodos do fascismo”.

No caso específico para canais de televisão e rádio, a sanção estabelecida será a revogação da concessão de sinal. Mas isso não chega a ser uma novidade para os venezuelanos. Nas últimas duas décadas, aproximadamente 300 canais e estações já sofreram esse tipo de punição do regime chavista. Um dos casos mais emblemáticos foi o fechamento do canal de televisão Rádio Caracas Televisión (RCTV), em 2007, realizado pelo ditador Hugo Chávez. Uma das mais antigas emissoras do continente, a RCTV, fundada em 1953, ficou conhecida no mundo pela popularidade de suas novelas. Era o canal de maior audiência até a chegada de Chávez ao poder, em 1999. A partir de então, a RCTV adotou um posicionamento crítico a Chávez. Ao decretar o fechamento da RCTV em 2006, Chávez anunciou em público que “a concessão da RCTV iria acabar porque a Venezuela deveria ser respeitada”.

A vice-presidente Delcy Rodríguez destacou que a “Lei antifascista” é complementar à lei dos partidos políticos e também complementa a “Lei contra o ódio”, aprovada em 2017, sob a qual venezuelanos foram presos por usar as redes sociais como o antigo Tweeter, Facebook, Instagram, e o WhatsApp, compartilhando e divulgando mensagens e vídeos com críticas e piadas contra o regime chavista. Vale destacar a opinião da própria vice-presidente venezuelana sobre os protestos antigoverno ocorridos em 2014 e 2017. Rodríguez, na ocasião, comparou os protestantes contrários ao regime chavista aos nazistas. Somados os dois eventos, o número de mortos passou de cem venezuelanos.

Não há dúvidas quanto à sanção da nova lei por Maduro. Este é o principal interessado. Já María Corina Machado, principal opositora do regime chavista no momento, foi declarada inelegível em janeiro deste ano e não concorrerá nas eleições. A Suprema Corte da Venezuela inabilitou María Corina por “irregularidades administrativas” quando ela era deputada, entre 2011 e 2014.

Corina teve seu mandato cassado em 2014. Atualmente está proibida de deixar o país. “Continuo impedida de sair do país e até de fazer voos dentro da Venezuela, enquanto muitas pessoas que me apoiam durante os meus eventos de campanha estão sujeitas a represálias”, criticou María Corina, referindo-se à detenção de oito colaboradores e ao mandado de prisão emitido contra outras sete pessoas, seis das quais estão refugiadas na embaixada da Argentina em Caracas. Qualquer semelhança com o que ocorre em nosso país, não é mera coincidência.

